

-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --

A respeito dos procedimentos para concessão das licenças para tratamento de saúde do servidor e por motivo de doença em pessoa da família, julgue os próximos itens, relativos ao Decreto n.º 11.255/2022.

- 51** O laudo pericial poderá conter a conclusão sobre a perícia e deverá conter, além do nome do perito oficial, o número do registro no respectivo conselho de classe, mas não se referirá ao nome ou natureza da doença, salvo quando se tratar de lesões produzidas por acidente em serviço ou de doença profissional.
- 52** Caso o perito considere necessário, ele poderá optar pela perícia presencial a qualquer tempo.
- 53** Compete ao órgão central do SIPEC propor normas que regulam a operacionalização dos exames médicos periódicos dos servidores públicos federais.
- 54** A licença para tratamento de saúde será concedida ao servidor, a pedido ou de ofício, por perícia oficial singular, em caso de licenças que não excedam o prazo de três meses no período de um ano, a contar do primeiro dia de afastamento.
- 55** Desde que o afastamento seja inferior a quinze dias, a dispensa da perícia oficial fica condicionada à apresentação de atestado médico ou odontológico, encaminhado por meio de plataforma digital do governo federal.

A respeito do disposto no artigo 206-A da Lei n.º 8.112/1990 e suas atualizações legislativas, julgue os itens subsecutivos.

- 56** Compete à Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão estabelecer procedimentos para preservação do sigilo das informações sobre a saúde do servidor, sendo o acesso restrito apenas ao próprio servidor, ou a quem este autorizar, e ao profissional de saúde responsável.
- 57** Na hipótese de acumulação lícita de cargos públicos federais, os exames devem ser feitos com base no cargo de maior exposição a riscos nos ambientes de trabalho.
- 58** A realização de exames médicos periódicos tem como objetivo, prioritariamente, a preservação da saúde dos servidores em razão de doenças preexistentes ou adquiridas ao longo da vida.
- 59** Os exames médicos periódicos, a cargo dos órgãos e entidades do SIPEC, serão prestados, inclusive, mediante contrato administrativo.
- 60** É lícito ao servidor se recusar a realizar os exames médicos periódicos, mas essa recusa deverá ser por ele consignada formalmente ou reduzido a termo pelo órgão ou entidade.
- 61** Os servidores que operam equipamentos com raios X ou substâncias radioativas serão submetidos a exames médicos complementares a cada 12 meses.

Com base na Portaria SGP n.º 10.671/2022, julgue os itens a seguir.

- 62** As perícias oficiais, com indicativo de acidente em serviço ou doença ocupacional, podem ser realizadas de forma presencial ou por telessaúde, a ser realizada por videoconferência.
- 63** Para efeito de contagem das licenças, aquelas ratificadas por perícia singular que somem até 120 dias em um intervalo de doze meses terão considerados os períodos concedidos em espécies distintas de licenças, quais sejam: licenças para tratamento de saúde do servidor ou licença por motivo de doença em pessoa da família.
- 64** Considera-se perícia oficial singular a perícia oficial em saúde realizada por apenas um médico ou um cirurgião-dentista.
- 65** Será realizada perícia oficial singular em caso de licença para tratamento de saúde cujo prazo não exceda seis meses, no período de um ano, a contar do primeiro dia de afastamento.

Acerca da Instrução Normativa SPG/SEGGE/ME n.º 15/2022 e da Instrução Normativa SPG/SEDGG/ME n.º 10.360/2022, julgue os próximos itens.

- 66** A caracterização e a justificativa para concessão de adicionais de insalubridade e periculosidade aos servidores da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, quando houver exposição permanente ou habitual a agentes físicos, químicos ou biológicos, dar-se-ão por meio de laudo técnico.
- 67** Sabendo-se que, ressalvado o direito adquirido e que a concessão de aposentadoria exigirá que o servidor esteja com a filiação ativa no regime próprio da previdência social da União, a reintegração administrativa ou judicial terá efeito retroativo, devendo ser considerado o tempo de afastamento como tempo de contribuição, de serviço público, no cargo efetivo e na carreira, mesmo que o efetivo recolhimento da contribuição previdenciária se dê no momento do pagamento dos precatórios.
- 68** O servidor que for aposentado por incapacidade permanente para o trabalho poderá acumular proventos e remuneração.
- 69** A gratificação por trabalhos com raios X ou substâncias radioativas somente poderá ser concedida aos servidores que, cumulativamente, operem habitualmente com raios X ou substâncias radioativas, junto às fontes de irradiação, por um período mínimo de 20 (vinte) horas semanais, e que tenham sido designados por portaria do dirigente do órgão onde tenham exercício para operar habitualmente com raios x ou substâncias radioativas.
- 70** O servidor aposentado, para ser investido em cargo público efetivo não acumulável com aquele que gerou a aposentadoria, deverá averbar os proventos dessa.
- 71** Os adicionais de insalubridade, de periculosidade e de irradiação ionizante, bem como a gratificação por trabalhos com raios X ou substâncias radioativas, estabelecidos na legislação vigente, não se acumulam, tendo caráter transitório, enquanto durar a exposição.

Julgue os próximos itens, relativos às normas que instituem o subsistema integrado de atenção à saúde do servidor público federal (SIASS).

- 72** Campanhas de vacinação que ocorrem dentro e fora do ambiente laboral são consideradas promoção, prevenção e acompanhamento da saúde.
- 73** O SIASS tem por objetivo coordenar e integrar ações e programas nas áreas de assistência a saúde, perícia oficial, promoção, prevenção e acompanhamento da saúde dos servidores da administração federal direta, autárquica e fundacional, de acordo com a política de atenção à saúde e segurança do trabalho do servidor público federal.

Determinada empresa mineradora, com operações em minas subterrâneas e a céu aberto, enfrenta desafios relacionados à exposição laboral dos trabalhadores a agentes físicos, como ruído, vibração e calor, bem como a agentes químicos e biológicos. O engenheiro de segurança deve conduzir avaliações ambientais associadas às medidas de controle baseadas na NR-09. Os dados a seguir devem ser considerados:

- uma frente de trabalho apresenta um nível de ruído contínuo equivalente de 92 dB(A) por 6 horas de exposição diária;
- em outra frente de trabalho, operadores estão sujeitos a um único tipo de vibração segmental, com aceleração resultante de exposição (are) de 8,00 m/s², por 2 horas diárias;
- em uma área de manutenção, trabalhadores realizam atividades intensas, com taxa metabólica ponderada de 500 W, expostos ao calor, com IBUTG médio ponderado de 28 °C.

A partir dessa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

- 74** Para atividades em ambientes externos sem fontes artificiais de calor, na estimativa do IBUTG, poderá ser utilizada ferramenta (*software*) da Fundacentro.
- 75** A adoção de luvas antivibratórias elimina a necessidade de avaliação quantitativa da vibração.
- 76** A aceleração resultante de exposição normalizada (aren) é de 4 m/s², portanto, abaixo do limite de exposição para vibrações em mãos e braços.
- 77** A grandeza valor da dose de vibração resultante (VDVR), cuja unidade é [m/s^{1,75}], expressa a resultante de exposição aplicada restritivamente às mãos e aos braços.
- 78** A avaliação quantitativa das exposições ocupacionais aos agentes físicos, químicos e biológicos apenas deverá ser realizada para comprovar o controle da exposição ocupacional aos agentes identificados, dimensionar a exposição ocupacional dos grupos de trabalhadores, e subsidiar o equacionamento das medidas de prevenção.
- 79** Considera-se região de incerteza aquela nos quais os valores observados estão acima da metade dos limites de tolerância — para agente químico — e superior à metade do limite — para o agente físico ruído.
- 80** Se, ao longo da jornada de 8 h, um trabalhador despende 500 W, com carga e descarga manual, então, considerando que metade da potência foi utilizada para realizar trabalho, adiabaticamente, a energia térmica produzida no corpo desse operário foi de 7,2 MJ.
- 81** Para duas situações térmicas nas quais IBUTG = 25 °C por 2 h, e IBUTG = 20 °C por 6 h, o IBUTG médio ponderado é de 28 °C.
- 82** Um ruído de 92 dB(A) é aproximadamente duas vezes mais intenso que um ruído de 89 dB(A).
- 83** Poeira mineral contendo sílica cristalina decorrente do processo mecânico de trituração e desbaste dos matacões é considerado agente físico.

- 84** A exposição estará acima do limite de tolerância, determinando o pagamento do adicional de insalubridade, se, durante a jornada de trabalho, a soma das frações exceder a unidade, no caso de ocorrerem dois ou mais períodos de exposição a ruído de diferentes níveis.
- 85** Uniforme de trabalho, de tecido simples, com calça e camisa de manga comprida, determina incremento de correção no IBUTG médio.

Uma mina subterrânea, com forte incidência de lesões por esforço repetitivo em operadores de máquinas de perfuração, apresenta condições inadequadas de ventilação, que podem gerar atmosferas explosivas e falhas no plano de evacuação de emergência.

Considerando essa situação hipotética, julgue os próximos itens, com base nas normas regulamentadoras pertinentes à engenharia de segurança do trabalho.

- 86** Manter o EPI em condições de uso é responsabilidade exclusiva do trabalhador.
- 87** Nos locais onde pessoas estiverem transitando ou trabalhando, a concentração de oxigênio no ar não deve ser inferior a 19% em volume.
- 88** Após um acidente grave na mina, o plano de ação do PGR deve ser revisado, desde que haja viabilidade econômica para as novas medidas preventivas.
- 89** *Blaster* é a denominação do responsável por organizar e conectar a distribuição e disposição dos explosivos e acessórios empregados no desmonte de rochas. Também conhecido como encarregado de fogo, o *blaster* deve ser autorizado pela autoridade policial estadual e possuir uma carteira emitida por esse órgão.
- 90** O PGR deve incluir a análise de riscos relacionados à proteção contra acidente e incêndio, a agentes físicos, químicos, biológicos e a fatores ergonômicos.
- 91** Em área de alto risco, é necessária a presença de ao menos três trabalhadores: um para executar, outro para acompanhar e um terceiro para fazer a comunicação e ficar atento a qualquer anomalia, dentro do plano de contingência.
- 92** Empresas de médio e grande porte são obrigadas a implementar o PGR, enquanto as MEIs, MEs e EPPs estão dispensadas de fazê-lo.
- 93** Em uma mina subterrânea onde foi detectada uma alta concentração de poeira mineral, o rigoroso uso de proteção respiratória é suficiente para eliminar os riscos à saúde.
- 94** Motores de combustão interna movidos a óleo diesel, gasolina ou etanol podem operar em um subsolo, onde deve ser instalado sistema eficaz de ventilação.
- 95** Mesmo com sistemas de gestão acreditados, atualizados e certificados pela ISO, a empresa é obrigada a elaborar e executar o gerenciamento e controle de riscos dos locais de trabalho integrantes do PGR.
- 96** A análise ergonômica é obrigatória apenas para atividades com carga psíquica alta, como os mineiros de subsolo, ou aqueles com esforço repetitivo.
- 97** O transporte manual de cargas acima de 60 kg é permitido se o trabalhador utilizar EPI adequado.

Julgue os itens a seguir em relação à concessão de adicionais ocupacionais.

- 98** Os serviços de superintendência em operação e manutenção de embarcações e vagões-tanques não são considerados atividades ou operações perigosas.
- 99** As atividades de manutenção, reparos ou lavagem de viaturas de abastecimento, cheias de inflamáveis ou vazias, caso não estejam desgaseificadas, são consideradas atividades ou operações perigosas.
- 100** De acordo com a lei, a caracterização da periculosidade será feita por perícia a cargo, apenas, de médico do trabalho ou de engenheiro do trabalho.
- 101** São consideradas atividades ou operações perigosas aquelas executadas com explosivos sujeitos a ação de calor e umidade.

Acerca das doenças profissionais e do trabalho, julgue os itens que se seguem.

- 102** A Previdência Social deverá considerar acidente de trabalho a doença profissional, ainda que não esteja incluída na relação prevista em lei específica, desde que tenha resultado das condições especiais em que o trabalho é executado e com ele se relacione diretamente.
- 103** É considerado acidente do trabalho a doença do trabalho, assim entendida a doença adquirida ou desencadeada em função de condições especiais em que o trabalho é realizado e com ele se relacione diretamente, ainda que não produza incapacidade laborativa.
- 104** A doença endêmica adquirida pelo segurado habitante de região em que ela se desenvolva não é considerada doença do trabalho, salvo se adquirida como resultado direto de exposição pela natureza do trabalho.
- 105** O acidente sofrido pelo segurado no local de trabalho, resultante de ato de terrorismo praticado por terceiro, não é considerado acidente de trabalho.

Julgue os próximos itens, a respeito da acessibilidade e inclusão da pessoa com deficiência no trabalho.

- 106** Considera-se módulo de referência a projeção de 0,96 m² no piso, ocupada por uma pessoa utilizando cadeira de rodas, motorizada ou não.
- 107** Quando as rotas de fuga incorporarem escadas de emergência ou elevadores de emergência, devem ser previstas áreas de resgate com espaço reservado e demarcado para o posicionamento de pessoas em cadeiras de rodas.
- 108** Os assentos para pessoas obesas devem suportar uma carga de até 280 kg.

A respeito de sinalização de segurança contra incêndio e pânico em edificações, julgue os itens a seguir.

- 109** A sinalização sujeita a intempéries e a agentes físicos e químicos deve ser vistoriada anualmente, efetuando-se a sua recuperação ou substituição, quando necessário.
- 110** Quando aplicada sobre o piso, a sinalização complementar deve estar posicionada em ambos os lados, próximos aos batentes, indicando o sentido do fluxo.
- 111** Dentre a sinalização de segurança contra incêndio e pânico classificada como básica, inclui-se a categoria de sinalização de orientação e salvamento, cuja função é indicar a localização, os tipos e os usos de equipamentos de resgate e salvamento.
- 112** A sinalização complementar é composta por faixas de cor ou por mensagens, devendo ser empregada, entre outras situações, para indicar obstáculos e riscos de utilização das rotas de saída.

Julgue os itens subsequentes, acerca da saúde e segurança em espaços confinados, bem como da prevenção de acidentes, dos procedimentos e das medidas de proteção.

- 113** Deve-se considerar uma atmosfera como sendo de risco de inflamáveis, quando for detectada uma presença, igual ou superior a 10% do limite inferior de explosividade, de um gás previamente identificado.
- 114** É considerada perigosa a atmosfera com a condição de enriquecimento de oxigênio, sendo aceitável uma concentração de até 23%, desde que conhecida a causa desse enriquecimento.
- 115** O vigia pode acompanhar as atividades de mais de um espaço confinado, desde que, dentre outros requisitos, a permanência seja limitada a até três trabalhadores no interior de cada espaço confinado.
- 116** Um detector do tipo multigás convencional monitora, dentre outros fatores, a concentração de gás sulfídrico, ou sulfeto de hidrogênio.
- 117** A permissão de entrada e trabalho (PET) deverá conter um campo para avaliação qualitativa da atmosfera, imediatamente antes da entrada no espaço confinado.
- 118** No caso de haver substituição do vigia por outro que não esteja relacionado originalmente na permissão de entrada e trabalho, esta deverá ser atualizada.
- 119** Caso exista poeira em uma concentração que exceda o seu limite inferior de explosividade, a atmosfera é considerada de risco, por oferecer exposição de riscos aos trabalhadores.
- 120** As medidas de controle de riscos baseadas na análise preliminar de risco referem-se às características de um espaço confinado não perturbado, enquanto as medidas de controle de riscos norteadas pela permissão de entrada e trabalho referem-se ao espaço confinado perturbado.

Espaço livre